

Metodologia da Global Sustainable Tourism Council Criteria for Destinations (GSTC-D): uma aplicação ao município de Bertioga/SP

Catherine Cavalcanti Margoni¹

Cynthia Rolim de Albuquerque Meneguel²

RESUMO

A Global Sustainable Tourism Council desenvolveu de forma prática, critérios a serem avaliados por meio de um check-list com referências globais de sustentabilidade, centrando-se na responsabilidade social e ambiental. Admite-se que vêm sendo utilizadas em larga escala ferramentas que mensurem a sustentabilidade nos destinos e nos equipamentos turísticos, em busca de resultados que estabeleçam ligações diretas com a localidade, atendendo assim, aos requisitos proposto pelo turismo sustentável. Este fenômeno é considerado de grande importância, uma vez que estudos voltados ao planejamento e organização sustentável do destino podem reverter-se em competitividade e reconduzir a atividade turística. Em decorrência deste cenário, o objetivo principal da presente investigação é aplicar os critérios de destino da Global Sustainable Tourism Council na cidade de Bertioga considerada um dos municípios Verde Azul do estado de São Paulo. A pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, descritiva e com abordagem qualitativa, realizada através entrevistas com os gestores locais, observações em campo e levantamento de documentos. Os resultados alcançados demonstram que embora o município desenvolva ações que o eleva entre os demais no quesito sustentabilidade, ainda, consegue-se ampliar as políticas públicas para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Turismo; Bertioga; Destino; Planejamento.

1 Introdução

A Global Sustainable Tourism Council - Conselho de Turismo Sustentável (Global GSTC) – foi criado em 2007 como uma iniciativa global que tem por objetivo criar e gerir

¹ Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi. Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus São Paulo. Link de acesso do Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/4004460401157361>. E.mail: catherinec.margoni@gmail.com.

² Doutoranda em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí. Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Cubatão. Link de acesso ao Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/5949076259784225>. E.mail: cameneguel@gmail.com.

padrões sustentáveis globais, para o aumento do conhecimento do turismo sustentável e práticas entre as partes interessadas pública, privada e civil. Em 2008, foi o ano de sua consagração com a apresentação de seus critérios no Congresso Mundial de Conservação.

A GSTC se destacou internacionalmente por ser uma associação sem fins lucrativos, independente, e consequentemente neutra, que através de seus peritos voluntários em turismo sustentável, busca apoiar e fortalecer a gestão dos destinos, das organizações e dos empreendimentos em turismo. Dentre os objetivos do conselho, cabe ressaltar:

- O desenvolvimento de normas internacionais por meio de uma linguagem comum, com a adoção e criação de princípios universais para a atividade turística, que sirvam de diretrizes básicas para as empresas, em especial para as agências de viagens e meios de hospedagem;
- Auxiliar os consumidores a identificar os programas de turismo sustentável;
- Servir como diretrizes de base para os organismos de educação e formação;
- Priorizar a administração do destino como sendo um processo que insira as comunidades locais (primeiro, segundo e o terceiro setor).
- Promover acesso aos mercados, buscando identificar oportunidades e soluções para o alinhamento maior de mercado, através de produtos sustentáveis que envolvam todos os atores sociais.

De acordo com o entendimento da GSTC, criou-se critérios mínimos que qualquer negócio do turismo ou destinações devem aspirar para atingir, a fim de proteger e preservar seus recursos naturais e culturais. Atualmente existem dois conjuntos de critérios: o Critérios *Hotel & Tour Operator* (GSTD-H & TO) criado inicialmente em 2008 com foco na hotelaria e que posteriormente aprimorado envolveu os operadores de turismo em 2014; e os Critérios de Destino (GSTC – D) lançado em 2013 com a finalidade de servir como normas de referência global para a gestão de destinos turísticos.

Com diversos associados, a GSTC certifica o empreendimento que tem o compromisso de fornecer serviços e experiências de alta qualidade, e com efeitos positivos sobre a economia local, a comunidade e o meio, através do selo *Stewardship*

Council, implantado em 2009. Esta finalidade aumenta a confiabilidade com os consumidores, além de adotar critérios reconhecidos mundialmente. Critérios, estes, que são revistos por uma equipe formada por um grupo misto, que busca constantemente atualizar a definição de uma estratégia padrão e indicadores sustentáveis relevantes.

Segundo Stigliano e Ribeiro (2010) “ a ideia de sustentabilidade aliada ao desenvolvimento foi se constituindo ao longo da década de 1980, e se materializou no Relatório Brundtland, denominado Nosso Futuro Comum. ”

A partir dessa mesma década, o turismo passou a considerar os impactos ambientais provenientes de sua própria atividade. Diversos destinos turísticos no Brasil sofreram processos de estagnação econômica decorrente do mal planejamento e dos impactos que a atividade mal planejada traziam consigo.

Segundo Anjos; Anjos e Rados (2010)

a sustentabilidade do desenvolvimento turístico exige a elaboração de metodologias integradas, abrangendo questões ecológicas, econômicas e socioculturais, e a formulação de estratégias de longo prazo, que insiram o turismo dentro de uma perspectiva de desenvolvimento com objetivos de continuidade.

É necessário que haja a aplicação dos conceitos e valores de sustentabilidade no estudo e, principalmente, na implantação da atividade turística para que sua operacionalidade não seja comprometida. A inserção de dessas ideias demanda a criação de critérios que permitam a compreensão da situação atual do desenvolvimento turístico em um destino, bem como prever, antecipar e solucionar questões que possam comprometer a sustentabilidade desse destino.

Para Ruschmann; Rosa e Weidgenant (2010)

encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que proteja o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque o seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada.

Nesse contexto, a adoção dos Critérios de Turismo Sustentável da GSTC-D se tornou essencial para a realização dessa pesquisa.

2 Sustentabilidade em Destinos Turísticos

Segundo a OMT (2003) “a manutenção da sustentabilidade do turismo requer o gerenciamento dos impactos ambientais e socioeconômicos, o estabelecimento dos indicadores ambientais e a conservação da qualidade do produto e dos mercados turísticos. ” Dessa forma, o destino turístico precisa de planejamento, desenvolvimento e gerenciamento do turismo para que a manutenção da sustentabilidade local seja garantida.

Uma forma de garantir essa manutenção é a criação e/ou adoção de indicadores que estabeleçam os limites do turismo na localidade. Esses indicadores devem ser medidos periodicamente e, no caso do surgimento de situações-problemas, é possível antecipar e adotar ações corretivas, a fim de que o destino turístico tenha sua qualidade assegurada e os níveis de satisfação de turistas e de mercado sejam preservados.

O entendimento de que os conceitos de desenvolvimento sustentável e turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente é fato considerável nos estudos acerca do planejamento do turismo, que surge como uma forma de evitar a ocorrência de danos, muitas vezes irreversíveis, nos destinos turísticos.

De acordo com Anjos; Anjos e Rados (2010)

a ampliação da discussão sobre sustentabilidade se aproxima da complexidade inerente ao discurso do turismo sustentável, pois seus princípios devem ir além das questões ecológicas, visto que compreende também a melhoria das condições econômicas e sociais das populações locais, além da satisfação dos visitantes.

Aliar os conceitos e estudos de sustentabilidade e planejamento turístico passa por compreender que a gestão ambiental da atividade envolve, também, os empreendimentos turísticos nos destinos, que devem se adaptar ao contexto biofísico

do lugar e à estrutura econômica e sociocultural presentes nas comunidades receptoras.

Assim, segundo Araujo (2010) “é necessário que sejam formuladas estratégias de gestão ambiental dos empreendimentos turísticos extensivas às comunidades ou regiões receptoras que tenham o potencial de articular os vários atores intervenientes”. Aliar esses atores em prol de um turismo sustentável é condicionante para que a atividade turística cumpra com os requisitos inerentes ao seu desenvolvimento em um destino turístico.

2.1 Critérios GSTC para Destino

Os Critérios de Turismo Sustentável da GSTC-D são um esforço para chegar a um entendimento comum de destinos sustentáveis. Assim a GSTCOUNCIL (2015) determina que para satisfazer a definição de turismo sustentável, os destinos devem ter uma abordagem interdisciplinar, holística e integradora que inclui quatro objetivos principais: (I) demonstrar uma gestão sustentável dos destinos turísticos; (II) maximizar os benefícios sociais e econômicos para a comunidade de acolhimento e minimizar os impactos negativos; (III) maximizar os benefícios para as comunidades, visitantes e do património cultural e minimizar os impactos; e (IV) maximizar os benefícios para o meio ambiente e minimizar os impactos negativos.

Os estudos dos especialistas da GSTC permitem que os critérios apresentados em um check-list, conseguem ser aplicados em qualquer escala de destino, visto que, objetivam os desafios globais da atividade turística: igualdade de gênero, desigualdade socioeconômica, sustentabilidade ambiental e cultural, mudanças climáticas, dentre outros indicadores.

Os Critérios de Turismo Sustentável Globais para destinos foram concebidos como o início de um processo para tornar a sustentabilidade uma prática padrão em todas as formas de turismo.

A GSTC recomenda a aplicação integral dos critérios, para se identificar os limitantes, mas é certo que um ou outro critério não seja aplicável em um determinado destino devido as regulamentações gerenciais, ambientais, sociais,

econômicas e culturais. Para tanto, é importante adotar a ferramenta com uma profunda reflexão.

As orientações não servem apenas para um diagnóstico, mas sim para possibilitar ao destino ter diretrizes e o monitoramento de ações sustentáveis.

Com a intenção de elucidar a ferramenta, apresenta-se uma adaptação de sua estrutura mostrando especificamente os critérios:

Quadro 1: Global Sustainable Tourism Criteria for Destinations - Critérios Globais de Turismo Sustentável para Destinações

| | |
|---|---|
| PARTE A: Demonstrar a gestão sustentável de destino | A1 Estratégia de sustentabilidade de destino |
| | A2 Organização de gestão de destino |
| | A3 Monitoramento |
| | A4 Gestão da sazonalidade do turismo |
| | A5 Adaptação às alterações climáticas |
| | A6 Registros de riquezas e atrações turísticas |
| | A7 Regulamento de planejamento |
| | A8 Acesso para todos |
| | A9 Aquisição de propriedades |
| | A10 Satisfação dos visitantes |
| | A11 Normas de sustentabilidade |
| | A12 Proteção e segurança |
| | A13 Gestão de crise e emergências |
| | A14 Promoção/marketing |
| PARTE B: Maximizar benefícios econômicos para a comunidade de acolhimento e minimizar os impactos negativos | B1 Monitorização econômica |
| | B2 Oportunidades de carreira local |
| | B3 Participação pública |
| | B4 Opinião da comunidade local |
| | B5 Acesso local |
| | B6 Turismo, sensibilização e educação |
| | B7 Prevenção da exploração |
| | B8 Apoio à comunidade |
| | B9 Apoiar os empresários locais e o comércio equitativo |
| PARTE C: Maximizar benefícios para as comunidades, visitantes e cultura; minimizar os impactos negativos | C1 Proteção atrativos |
| | C2 Gestão de visitantes |
| | C3 Comportamento do visitante |
| | C4 Proteção do patrimônio cultural |
| | C5 Interpretação do local |
| | C6 Propriedade intelectual |
| PARTE D: Maximizar os benefícios para o meio ambiente e minimizar os impactos negativos | D1 Riscos ambientais |
| | D2 Proteção de ambientes sensíveis |
| | D3 Proteção dos animais selvagens |
| | D4 Emissões de gases do efeito estufa |
| | D5 Conservação de energia |
| | D6 Gestão da água |

| | |
|--|---|
| | D7 Segurança da água |
| | D8 Qualidade da água |
| | D9 Águas residuais |
| | D10 Redução de resíduos sólidos |
| | D11 Poluição luminosa e sonora |
| | D12 Transporte de baixo impacto ambiental |

Fonte: Autoras. Adaptado de: www.gtscouncil.org.br (2015).

3 Metodologia

No que tange a metodologia deste estudo, tem-se uma pesquisa com abordagem essencialmente qualitativa e em conformidade com o objetivo deste, trata-se de um estudo exploratório-descritivo. De acordo com Veal (2011, pp. 29) a pesquisa descritiva é muito comum na área de turismo pelo caráter incipiente do ramo, a natureza mutante dos fenômenos estudados e a frequente separação entre pesquisa e ação. E pode ser considerada exploratória, visto que, procura mapear, descrever e descobrir padrões de comportamento ou atividades e fatos previamente não estudados.

Quanto aos procedimentos técnicos, apresenta-se uma pesquisa documental, bibliográfica, de campo e entrevistas. A pesquisa documental é um estudo predominantemente exploratório, uma vez que se observa a necessidade de ampliação da compreensão do fenômeno (MARTINS, THEÓPHILO, 2009). Em consonância com os autores, a entrevista trata-se de uma técnica para coleta de informações, dados e evidências cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que entrevistados atribuem a questões e situações.

Para análise, foram aplicadas técnicas qualitativas, conforme o objetivo da pesquisa e os tipos de dados coletados, tais como: análise crítica e descritiva. Foram efetuadas pesquisas em documentos oficiais, sendo esses: leis, decretos, mapas, ata dos conselhos municipais, comunicação municipal, planos e projetos municipais, além de outros estudos científicos referente ao município.

Portanto além da pesquisa documental, realizou-se entre os meses de novembro e dezembro de 2015, observações em campo e entrevista com gestores da municipalidade.

A aplicação dos Critérios Globais de Turismo Sustentável para Destinações ocorreu com base nos estudos realizados acima (pesquisa documental, observação em campo e entrevistas com gestores) e serviu de base para a análise dos dados obtidos e resultados apresentados no artigo.

4 Caracterização e importância da Área de Estudo

Localizada no litoral do estado de São Paulo, numa área denominada de Região Administrativa da Baixada Santista³, a Estância Balneária de Bertioga possui uma população com mais de 56.000 habitantes de acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2012), sendo que nos períodos de temporada, de acordo com estimativas da própria prefeitura, esse número salta para 150.000 habitantes, ao se somar a população flutuante.

O município de Bertioga foi desmembrado de Santos em 1991, e desde então, vem passando por alterações em seu território que dificultam ações públicas. De acordo com o site da prefeitura (2015) a passagem de distrito para município Bertioga, oficialmente, permaneceu com uma área de 482,15 km². Após o processo de emancipação, a prefeitura da cidade de Santos ingressou com uma ação no STF contra o Artigo 2º da Lei Complementar nº 651 de 31/7/1990, com base na Lei Municipal de Santos nº 607, de outubro de 1989, reivindicando a redução da área de Bertioga para 279 km². Entretanto, a ação foi julgada improcedente e Bertioga continuou com seus 482,15 km. De acordo com o IBGE (2012) fixou-se a área em 490,15 km².

Figura 1 Mapa da localização de Bertioga no estado de São Paulo

³ A região conhecida como Baixada Santista foi criada pela Lei Complementar Estadual 815 de 30/07/1996, (por reunir municípios com características fisiográficas e administrativas comuns).



Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SaoPaulo_Municip_Bertioga.svg

O nome Bertogiã deriva da palavra tupi-guarani “Buriquioca”. Buriqui=macaco e oca=casa, ou seja, morada dos macacos. Os primeiros habitantes da região onde hoje se encontra a cidade de Bertogiã foram indígenas, provenientes da região de planalto ou da região litorânea mais ao norte do estado até a chegada dos europeus. Nessa época não possui povoamento estável. A região era procurada pela abundância de peixes e frutos encontrados em rica vegetação. A chegada dos portugueses marcou o início do processo de colonização, sendo Bertogiã importante estrategicamente por possuir o acesso, através de seu canal, à então outras vilas, abrigou importantes fortificações, sendo preservada a mais antiga do Brasil: O Forte de São João.

Entre os anos de 1765 e 1834 a pesca de baleia faz a região ganhar notoriedade. Já em princípios do século XX, torna-se modesta vila de pescadores. Mas é na década de 1940 que a pequena vila desponta com seu potencial para o turismo, incrementado pela construção da Colônia de Férias do SESC (Serviço Social do Comércio) – considerada o primeiro *resort* do Brasil. A partir dessa data, como aconteceu em outras cidades brasileiras, as casas e prédios de veraneio se espalharam por suas praias.

O município se divide em 5 praias: Boracéia, Guaratuba, Itaguapé, São Lourenço e Enseada ou Indaiá. Seu acesso pode ser feito através das rodovias SP-055 - Rio-Santos e SP-088 - Mogi-Bertioga, estando distante aproximadamente 110 km da capital.

A cidade integra a região turística Costa da Mata Atlântica formada por nove municípios: Bertogiã, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe

e Cubatão. E possui limites intermunicipais com a cidade de Santos, Mogi das Cruzes, Biritiba-Mirim, Salesópolis e São Sebastião (mapa 2).

Figura 2: Mapa das Macros e Regiões Turísticas do Estado de São Paulo



Fonte: Governo do Estado de São Paulo, 2015

Considerando que de 1998, quando foi promulgado o Plano Diretor, até os dias de hoje, as restrições de uso do território aumentaram, principalmente a partir de Leis

estaduais e federais, por exemplo, a criação do Parque Estadual da Restinga e a ampliação da Reserva indígena Rio Silveira, o desafio para Bertioga é conciliar a proteção ao patrimônio natural, composto por Parques Estaduais, Reserva Indígena, RPPNs – Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Parque Municipal e APA Marinha, que correspondem a quase 90% de seu território, com a geração de empregos e fortalecimento do orçamento público. Isso para garantir direitos fundamentais para a sua população, ou seja, bons sistemas de saúde, educação, saneamento básico, turismo, habitação, lazer e mobilidade urbana.

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2014), a definição mais utilizada para a compreensão da sustentabilidade nas áreas naturais do Estado é a proposta pelo Relatório Nosso Futuro Comum “desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades.”

Após 16 anos de vigor do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentado, as pessoas e instituições que contribuíram e contribuem para o desenvolvimento de Bertioga atingiram uma maturidade que só pode ser obtida com o passar dos anos a partir de vivências práticas que trazem experiência, aprendizado e conhecimento.

5 Análise e discussão dos resultados

O município de Bertioga tem como uma de suas principais atividades econômica o turismo. Com cinco praias, o Forte de São João, uma autêntica vila inglesa – a Vila de Itatinga, cultura indígena, cultura caiçara, rios e canais, atividades de ecoturismo, gastronomia, eventos, comércio e entretenimento, atrai todas as tipologias de turistas.

Como qualquer outra cidade apresenta problemas críticos ao que se refere ao transporte, saúde pública, educação, mas o poder público e a sociedade reconhecem o seu valor histórico-cultural e se envolvem em políticas em prol do turismo.

Aplicando os critérios da GSTC para destino, observou-se a aplicação cotidiana de elementos interessantes para o turismo sustentável. Adotou-se como parâmetro para a apresentação dos resultados, a organização dos elementos utilizados na tabela 1 deste trabalho.

Ao que se refere ao item A1, a cidade implantou o Plano diretor de desenvolvimento sustentado a 16 anos e no decorrer desse período vem realizando o seu monitoramento e atualização, permitindo que o poder público de continuidade em projetos iniciados na gestão anterior e a oportunidade de discutir seus não acertos e aprimorá-los à medida que avançam as discussões.

Bertioga conquistou, pela sétima vez consecutiva, a certificação Município Verde Azul, que premia anualmente as cidades paulistas, que desenvolvem atividades e projetos na área ambiental. A Cidade obteve a pontuação de 84,53 se posicionando no 60^a lugar no ranking 2015. O Município foi agraciado, também, com o prêmio Franco Montoro, por ser a primeira da Baixada Santista e bacia hidrográfica, por conta da melhor gestão ambiental entre os municípios da região.

No que diz respeito ao item A2, a cidade está implantando os conselhos municipais que são formados pelo poder público, iniciativa privada, instituto educacional e sociedade civil. O grupo é adequado ao tamanho e a escala do destino e tem responsabilidades bem definidas, supervisão e poder deliberativo. O grupo é formado por representantes da Secretaria de Turismo, Esportes e Cultura, Secretaria do Meio Ambiente, Gabinete, Representantes do poder legislativo, hospedagem, comércio e serviços, comunicação e esportes, associação de classes, clubes e entidades, setor náutico e agências de viagem e turismo.

Evidencia-se que todos os processos avaliados podem ser intensificados ou ainda aprimorados. Mas, cabe ressaltar que através da preocupação dos atores envolvidos, ações já estão sendo realizadas, como é o caso do item A3 que diz respeito ao monitoramento. O acompanhamento, monitoramento e revisão do plano diretor tem ocorrido de forma eficiente, assim como os planos de manejo e suas respectivas capacidade de carga das áreas de proteção e conservação ambiental (item A3).

A sazonalidade do turismo também tem sido desenvolvida à medida que a cidade vem apresentando projetos e eventos culturais locais, como a Festa da Tainha, Festival Indígena e o Festival do Camarão, e para mitigar ainda mais esta variabilidade, vem captando eventos esportivos, a fim de que tenha oportunidades de turismo o ano todo (item A4).

O destino mantém atualizado o seu registro de atrações turísticas, incluindo locais naturais e culturais (item A6). E disponibiliza as informações por meio de um guia no próprio site da prefeitura, assim como nos pontos de informações turísticas e estabelecimentos parceiros. Estas informações são acrescidas da lista de empresas de turismo receptivo aptas e certificadas para prestarem o serviço (Item A11).

Bertioga tem com uma de suas diretrizes ser uma cidade sustentável, logo, estabeleceu diretrizes em seu planejamento (item A7) englobando todas as áreas de uso e suas peculiaridades (zonas de uso, zonas de baixa densidade, zonas comerciais, zonas históricas culturais, zonas mistas, zonas de preservação ambiental, zonas de parque temático, zonas residenciais, zonas de suporte ambiental, zonas de suporte urbano, zonas turísticas e zonas de suporte náutico). Existem leis e regulamentos específicos para a aquisição de propriedades que são aplicadas em conformidade com os direitos comunais e indígenas.

Precauções de segurança para com o turista abarca a cidade, tais como postos de primeiros socorros em praias e em locais de atração turística, sistema de licenciamento de táxi com preços fixos e a emissão de relatórios públicos de segurança e proteção (item A12).

A promoção e as estratégias de marketing municipais, são corretas aos atrativos e serviços, representando a comunidade (A14). Observa-se a falta de uma integração entre os programas, projetos e promoção das secretarias, que poderiam fortalecer a atividade turística.

Assim, conclui-se que aos itens relativos a parte A: Demonstrar a gestão sustentável de destino – preponderantemente o local corresponde com ações positivas os critérios da GSTC-D, embora alguns itens do check-list são realizados parcialmente, como a acessibilidade nos atrativos e instalações. Outros são inexistentes como o monitoramento da satisfação dos visitantes e sua divulgação, gestão de crise e emergências com visitantes e residentes e adaptações às alterações climáticas através da identificação de riscos e oportunidades.

As questões relativas a parte B – maximizar benefícios econômicos para a comunidade de acolhimento e minimizar os impactos negativos, também está presente nas políticas públicas de Bertioga. A monitorização econômica da atividade

turística é realizada parcialmente, mas de forma superficial e precisa ser aprimorada. Os dados são divulgados anualmente ou após grandes eventos ou temporadas (item B1).

O destino prima por proporcionar igualdade de emprego para todos, incluindo mulheres, jovens, pessoas com deficiência, minorias, e outras populações vulneráveis, além de legislação ou de políticas de apoio à segurança no trabalho para todos (item B2).

A cidade também incentiva a participação da sociedade no planejamento do destino e na tomada de decisão, realizando reuniões e audiências públicas (itens B3 e B4). A prefeitura busca promover, auxiliar e desenvolver produtos locais e sustentáveis com base na natureza e cultura local, como o artesanato indígena e caiçara (item B9). E encoraja a denúncia resguardada por lei nos casos de exploração sexual, discriminação ou assédio de moradores ou visitantes (item B7).

Parcialmente a prefeitura recupera ou reabilita o acesso do público (moradores e visitantes) para os atrativos, assim como realiza obras de infraestrutura (item B5).

Constata-se que a prefeitura utiliza o seu site e as mídias sociais para se comunicar com o público. Dependendo da abrangência e complexidade do tema, talvez estas ferramentas de comunicação não sejam as mais eficazes ou esclarecedoras. Devido a sua vocação turística, sugere-se a sensibilização para o turismo nas unidades escolares e com todos os atores diretamente envolvidos, com o intuito de melhorar a compreensão das oportunidades, desafios da atividade e sua sustentabilidade. Também se verificou a falta de apoio e incentivo para a comunidade e empresas para o desenvolvimento de ações comunitárias.

A parte C: maximizar benefícios para as comunidades, visitantes e cultura; minimizar os impactos negativos, também é evidente no destino com a ocorrência de um sistema de gestão para proteger os sítios naturais e culturais (item C1). Orientações culturais e ambientais para o comportamento do visitante em locais sensíveis estão disponíveis nos atrativos, assim como um código de prática para guias turísticos e operadores turísticos também foi implantado (item C3 e C5). Leis para a proteção, conservação e manutenção do patrimônio cultural material e imaterial, assim como o patrimônio natural foram regulamentadas (item C4).

Existe a supressão ao que se refere aos direitos de propriedade intelectual para a proteção e preservação dos direitos da comunidade e dos indivíduos.

A parte D: maximizar os benefícios para o meio ambiente e minimizar os impactos negativos, talvez seja a mais crítica e a que mereça maior atenção do município. Dentre todos dos itens elencados, observa-se que a cidade tem investido fortemente na área de saneamento ambiental (item D6, D7 e D8), implantação de obras de drenagem e resíduos sólidos (item D10) e proteção dos mananciais e ambientes sensíveis com biodiversidade (item D1 e D2), além da arborização urbana. Regulamentos e normas para controlar a captura, exibição, venda, de plantas e animais, se intensificaram por meio de fiscalização ostensiva.

A realização de avaliações periódicas sobre os riscos ambientais (item D1) possibilitaram o desenvolvimento do programa municipal de gestão das bacias hidrográficas, tido como modelo na região, assim como o programa de balneabilidade das praias.

Assim como em ações menores de educação ambiental nas escolas e outras promovidas por parceiros, além do aumento de ciclovias (item D12), da realização de inspeção veicular das frotas públicas e do controle e combate a invasões em áreas protegidas.

Não se constatou ações efetivas ao que se refere ao impacto ambiental do turismo, a conservação de habitats, espécies e ecossistemas. Assim como monitoramento e ações sobre a emissão de gases do efeito estufa, sobre a conservação da energia, gestão da água nos empreendimentos, poluição luminosa e sonora, e transporte de baixo impacto ambiental.

Os critérios estabelecidos pela GSTC-D apontam que a municipalidade de Bertoga ainda precisa superar o seu grande desafio de preservação da cidade que tem mais de 90% do seu território em preservação permanente e o desenvolvimento do turismo sustentável.

Considerações finais

Em resumo, o diagnóstico da aplicação dos critérios da GSTC no destino turístico Bertioga, expressa em dados a relação entre o território, poder público e sua preocupação com a sustentabilidade, conforme os estudos realizados acerca dos conceitos de turismo sustentável em destinos turísticos.

Os indicadores foram favoráveis à compreensão da situação atual do turismo no município estudado, para que, a partir desse diagnóstico, pudessem ser pautadas decisões realistas sobre as fragilidades encontradas, segundo os resultados apresentados da aplicação dos critérios escolhidos.

Observou-se que o grande desafio está na revisão do plano diretor de desenvolvimento sustentado de Bertioga, que conduz as ações do poder público em parceria com a iniciativa privada e com a comunidade, sendo, o principal instrumento de política pública municipal, para que seja complementado de forma técnica e participativa. No estudo teórico, os conceitos apresentados levam à compreensão de que a atividade turística sustentável é a que busca a integração entre os diversos atores que nela atuam, entendendo que o turismo sustentável é um conceito mais amplo e abrangente, em que a atuação comum, a partir de um planejamento turístico eficiente pode ser a garantia para a manutenção da sustentabilidade do destino.

Sugere-se que os critérios estabelecidos para GSTC - D, sejam observados para a próxima revisão do plano, visto que possibilitaram um entendimento maior e voltado não apenas para a atividade de turismo sustentável, como também para a identificação de elementos que extrapolam os elementos físicos e ecológicos, trazendo a essa revisão a possibilidade de incluir ações mais efetivas de integração da comunidade ao turismo, incorporando o desenvolvimento a partir dos elementos econômico e socioculturais presentes no município.

A pesquisa aqui realizada traz elementos que podem contribuir não só para a revisão do plano de Bertioga, como também para destinos turísticos que preveem, na atividade turística, o desenvolvimento sustentável e sustentado do turismo, visto que critérios e indicadores são necessários para nortear o rumo de qualquer atividade, principalmente, a turística que, tem em suas mãos a possibilidade de se desenvolver levando em consideração aspectos tão relevantes como os econômicos, ambientais e socioculturais.

Referências bibliográficas

ANJOS; F. A. dos; ANJOS, S. J. G dos; RADOS, G. J. V. (2010). *Planejamento e gestão sustentável do turismo: contexto social, métodos e enfoques*. IN: PHILIPPI JR., A. ; RUSCHMANN, D. V. M; *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. Barueri, SP: Manole. (Coleção Ambiental, v.9).

ARAUJO, L. M. de. (2010). *Gestão ambiental de empreendimentos turísticos*. IN: PHILIPPI JR., A. ; RUSCHMANN, D. V. M; *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. Barueri, SP: Manole. (Coleção Ambiental, v.9).

BERTIOGA. PREFEITURA MUNICIPAL DE BERTIOGA. (2015) *Plano diretor de desenvolvimento sustentado de Bertioga*. Disponível em: <<http://www.bertioga.sp.gov.br>>. Acesso em: 12 dez 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (2014). Secretaria do Meio Ambiente. Cadernos de Educação Ambiental: Gestão Ambiental. São Paulo, SP.

_____. (2015). *Melhor Viagem SP*. São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.turismo.sp.gov.br/images/stories/regioes/2015%20mapa%20regionalizacao.png>>. Acesso em: 02 set. 2015.

GTSCOUNCIL. GLOBAL SUSTAINABLE TOURISM COUNCIL. Disponível em: <http://www.gtscouncil.org.br>. Acesso em: 03 fev. 2016.

IBGE. (2012). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estudos e pesquisas*. Rio de Janeiro: IBGE.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2 ed. São Paulo: Atlas.

Organização Mundial de Turismo. (2003). *Guia de Desenvolvimento do turismo sustentável*. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman.

RIBEIRO, H.; STIGLIANO, B. V. (2010). *Desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental*. IN: PHILIPPI JR., A. ; RUSCHMANN, D. V. M; *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. Barueri, SP: Manole. (Coleção Ambiental, v.9).

RUSCHMANN, D. V. M.; ROSA, R. G.; WEIDGENANT, P. J. Z. (2010). *Sustentabilidade como Estratégia de Desenvolvimento: Ilha de Porto Belo, SC*. IN: PHILIPPI JR., A. ; RUSCHMANN, D. V. M; *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. Barueri, SP: Manole. (Coleção Ambiental, v.9).

VEAL, A. J. (2011). *Metodologia de pesquisa em lazer e turismo*. São Paulo: Aleph.